

Acessibilidade nos espaços urbanos: percepções docentes e implicações pedagógicas.

Eliza Helena Ercolin¹

RESUMO: A inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, apesar de amparado por leis, ainda enfrenta uma série de obstáculos. O artigo prioriza a reflexão sobre o papel ocupado pelo conhecimento das condições de acessibilidade nos municípios, pelos docentes e a educação inclusiva. Inicialmente apresentamos os conceitos que fundamentam a inclusão escolar, a acessibilidade e o desenho universal. Em seguida relatamos os resultados do levantamento dos conhecimentos prévios, sobre as condições de acessibilidade nos municípios onde lecionam, dos alunos do curso de Complementação pedagógica da Faculdade Don Domenico de Guarujá, SP. Finalizamos apontando como possibilidade de superar algumas barreiras na efetivação da inclusão, a necessidade dos alunos dos cursos de licenciatura e dos docentes em exercício, conhecerem a realidade dos espaços urbanos onde atuam no tocante às condições de acessibilidade.

Palavras-chaves: educação inclusiva, acessibilidade nas escolas

ABSTRACT: *The inclusion of students with deficiency in regular education, although supported for laws, still it faces a series of obstacles. The article prioritizes the reflection on the paper occupied for the knowledge of the conditions of accessibility in the cities, for the teachers and the inclusive education. Initially we present the concepts that base the pertaining to school inclusion, the accessibility and the universal drawing. After that we tell the results of the survey of the previous knowledge, on the conditions of accessibility in the cities where they teach, of the pupils of the course of pedagogical Complementation of the College Don Domenico de Guarujá, SP. We finish pointing as possibility to surpass some barriers in put into effect of the inclusion, the necessity of the pupils of the courses of licenciatura and the teachers in exercise, to know the reality of the urban spaces where they act in regards to the accessibility conditions.*

Key-words: *inclusive education, accessibility in the schools*

1. A questão da deficiência no Brasil.

De acordo com o Censo Demográfico, 2000 cerca de 14,5% da população brasileira é formada por pessoas com algum tipo de deficiência, totalizando 24,5 milhões de habitantes.

Os estados que apresentam as maiores taxas de pessoas com deficiência são a Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco e Ceará, enquanto os que apresentam as menores taxas são: São Paulo, Roraima, Amapá, Distrito Federal e Paraná.²

¹ Mestre em Psicologia da Saúde e professora da disciplina Educação, inclusão escolar da Faculdade Don Domenico.

² NERI, M. Retratos da deficiência no Brasil. FV, RJ, 2003.



Uma revisão da literatura sobre os efeitos da deficiência ou da doença na adaptação e funcionamento das famílias, mostra efeitos no estado psicológico dos pais, nas suas atividades e desempenho profissionais, na situação econômica da família e no seu envolvimento na comunidade.

O Censo 2000 revelou ainda que no universo de brasileiros sem instrução ou com no máximo três anos de estudos, 33% têm alguma incapacidade, sendo também os que apresentam menor renda.

Segundo pesquisadores do IBGE

maior que a diferença regional, o grande separador é o nível sócio-econômico. Há uma grande relação entre o nível sócio-econômico e escolaridade. As pessoas com menos instrução estão mais expostas a difíceis condições de trabalho, de saneamento, têm mais dificuldade de acesso a serviços médicos. Todos esses fatores que levam à incapacidade. (BERCOVICH, apud Ministério Público Federal)³

A Constituição Federal garante a todos o direito à educação e ao acesso à escola. O direito das crianças com deficiência terem acesso à escola regular foi reafirmado na Declaração de Salamanca, realizada em 1994 pela ONU.

Como as crianças com deficiência não faziam parte da clientela do ensino regular, a maioria dos edifícios escolares foram construídos sem considerar as necessidades das pessoas com deficiência. Atualmente encontramos escolas que realizam reformas promovendo adaptações parciais quando recebem alunos com deficiência, outras que ainda se recusam a matrícula alegando falta de condições⁴, e as novas unidades que são construídas e planejadas para atender a todos.

As normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público (escolas) estão previstas na Constituição Federal.

³ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Brasília, 2004.

⁴ É crime recusar a matrícula de alunos com base em sua deficiência (Lei 7.853/89) Cf. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. op. Cit.



Art 227 (parágrafo)2º . A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado à pessoas portadoras de deficiência.

Buscando melhorar as condições de acessibilidade espacial a sociedade brasileira conta com leis e normas que a regulamentam: Lei federal n 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências e a NBR 9050/2004.⁵

2. Introduzindo e revendo conceitos.

Considerando a importância do ambiente escolar enquanto promotor da autonomia dos indivíduos, faz-se necessário definir os conceitos de acessibilidade e restrições no espaço escolar.

A acessibilidade significa poder usufruir com segurança, conforto e autonomia de espaços e serviços. O desenho acessível é um projeto que leva em conta a acessibilidade voltada principalmente para as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

Para a avaliação dos espaços, ambientes e equipamentos escolares necessitamos definir os conceitos de barreiras e desenho universal.

A escola como espaço que não foi planejado para receber a todos os alunos, possui elementos que podem dificultar ou mesmo impedir a percepção, circulação, compreensão ou apropriação de seus espaços e atividades por parte dos alunos, bem como obstáculos de ordem social e psicológica que impedem o seu uso efetivo. Esses elementos são conhecidos como barreiras. Para efeito deste estudo vamos detalhar as barreiras atitudinais, físicas e de informações segundo a divisão proposta por DISCHINGER.⁶

As barreiras atitudinais são aquelas estabelecidas na esfera social, onde o foco está nas restrições dos indivíduos e não em suas habilidades. Quando um diretor não permite a matrícula de um aluno alegando que este não irá acompanhar a turma; quando um professor impede um

⁵ ABNT. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. RJ, 2004.

⁶ DISCHINGER, M; MACHADO, R. *Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis*. In. Revista Inclusão, Brasília, julho de 2006.



aluno de participar de uma atividade alegando falta de material adequado, o fazem principalmente por não reconhecerem o direito do aluno à inclusão. Infelizmente, atualmente estas são as maiores barreiras encontradas nas escolas.

As barreiras físicas são aquelas decorrentes de elementos arquitetônicos físicos que dificultam ou impedem a realização das atividades dos alunos de forma autônoma. Os exemplos vão desde escadas, portas estreitas, balcões elevados, bibliotecas sem espaço adequado à circulação, estantes altas, etc. Os espaços de algumas escolas já foram reformados fazendo adaptações, porém ainda é muito pouco em relação às necessidades dos alunos. Observa-se um desconhecimento sobre a acessibilidade em geral, por parte de gestores e professores, pois não bastam algumas rampas e banheiros adaptados para termos um ambiente acessível. Conforme a definição de acessibilidade, fica clara a necessidade de espaços que possibilitem a autonomia de todos.

As barreiras de informação são aquelas que dificultam ou impedem o acesso às informações para a orientação no ambiente escolar e a realização de atividades de maneira autônoma. No caso da escola a falta de placas indicativas e sinais para identificar as dependências da escola, a falta de material informativo em braille, a falta de um intérprete de sinais (LIBRAS)⁷; ausência de mapas e placas táteis entre outros, são barreiras que impedem o aluno com alguma deficiência de usufruir da escola com independência.

O desconhecimento dos municípios onde lecionam quanto aos serviços que são oferecidos às pessoas com deficiências por parte dos docentes, também se coloca como uma barreira de informação, pois se o professor desconhece as condições de acessibilidade, como será capaz de repassar estas informações aos familiares dos alunos? Várias pesquisas demonstraram que os familiares de crianças com deficiências têm dificuldades de acesso à informações e serviços o que torna o papel do professor fundamental como um agente capaz de equiparar as oportunidades para todos.

O papel do professor enquanto promotor de inclusão social pressupõe o domínio de informações úteis aos seus alunos e o entorno da escola, já que é na escola onde se aprende as noções de cidadania.

⁷ Cf. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.(conhecida como Lei de Libras)



A inclusão social constitui um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.⁸

2.1. O desenho universal

Visa a máxima autonomia e independência na realização de atividades pelo maior número de pessoas, considerando suas diferenças e criando condições ambientais para a inclusão. É um conceito que se aplica a edificações e produtos que garantam a inclusão de todos. Um dos componentes essenciais do desenho universal é a acessibilidade espacial definida como poder chegar a algum lugar com segurança, conforto e independência; entender a organização e as relações espaciais que este lugar estabelece, e participar das atividades que ali ocorrem fazendo uso dos equipamentos disponíveis. Fica claro que ao aplicarmos o desenho universal na construção de espaços e serviços a acessibilidade fica disponível a todos os cidadãos, não havendo mais a necessidade de adaptações e reformas.

3. Metodologia

Aplicamos um questionário aos alunos do curso de complementação pedagógica da Faculdade Don Domenico, a fim de fazer um levantamento dos conhecimentos prévios que estes possuíam sobre a acessibilidade. O questionário foi adaptado da Lista de verificação de acessibilidade nos municípios⁹ e aplicado durante a disciplina Educação, inclusão escolar. Optamos por formular perguntas abertas para favorecer maior liberdade nas respostas possibilitando posterior criação de um formulário a ser utilizado em outras pesquisas com alunos do curso regular de Pedagogia.

⁸ SASSAKI, R. K. *Inclusão – construindo uma sociedade para todos*. RJ. WVA, 2002.

⁹ National Action Committee on Municipal Access. *A How-to Manual on Municipal Access*. Ottawa: Federation of Canadian Municipalities, [1993], Adaptação: Romeu Kazumi Sasaki, 1998.



Os alunos foram instruídos a responder baseando-se nos municípios onde lecionavam; no caso de mais de um município deveriam optar por aquele onde tinham maior carga horária. No total 30 alunos responderam ao questionário sendo que 1 residia e lecionava na capital e 29 residentes e atuantes no litoral paulista.

Do total de 30 professores, 9 (30%) lecionavam em Guarujá, 6 (20%) em São Vicente, 5 (16,7%) em Santos, 3 (10%) em Praia Grande, 2 (6,7%) em Mongaguá, 2 (6,7%) em Cubatão, 1 (3,3%) em São Sebastião, 1 (3,3%) em São Paulo (capital) e 1 (3,3%) em Bertioga.

A lista original é composta por sete áreas-alvo: Liderança Municipal, Transporte, Habitação, Emprego, Recreação, Educação e Comunicação.

Em nosso estudo utilizamos apenas os itens recreação, educação e comunicação, por serem áreas mais diretamente ligadas à profissão docente.

Instrumento e Resultados:

Lazer e recreação

1- Processo de Tomada de decisão

a- Já está em funcionamento um sistema no qual pessoas com deficiência possam levar suas preocupações aos escalões decisórios em assuntos de lazer e recreação?

Respostas: não sei – 22 (73 %), não – 6 (20 %) e sim – 2 (6,67 %).

b- Existe um Comitê ou Comissão Consultivo de Lazer e Recreação, em que façam parte pessoas com deficiência?

Respostas: não sei – 22 (73%), não – 5 (16,67%) e sim – 3 (10%).

c- Esse Comitê elabora políticas de lazer e recreação baseadas nas necessidades identificadas por pessoas com deficiência?

Respostas: não sei – 26 (86,67%), não – 2 (6,67%) e sim - 2 (6,67%).



d- Esse Comitê se reporta ao Conselho Municipal da Pessoa Deficiente?

Respostas: não sei – 25 (83,33%), não – 4 (13,33%) e acho que sim 1 (3,33%)

e- Todos os serviços e instalações de lazer e recreação (incluindo piscinas com rampas e/ou escadas acessíveis, guinchos, vestiários, chuveiros e sanitários, locais de piquenique e acampamento, atalhos e caminhos, parques infantis, praias, bibliotecas, anfiteatros, arenas ou ginásios etc.) são acessíveis para pessoas com todos os tipos de deficiência?

Respostas: não sei 4 (13,33%), não – 16 (53,33%) e alguns 10 (33,33%)¹⁰

f) O orçamento da sua municipalidade inclui cobertura para melhorar o acesso às instalações de lazer e recreação na comunidade?

Respostas: não sei – 19 (63,33%), não - 4 (13,33%), acho que sim – 2 (6,67%) e sim – 5 (16,67%).

g) O seu governo municipal possui um plano de ação e respectivo orçamento para melhorar o atual nível de acesso aos serviços e instalações de lazer e recreação?

Respostas: não sei – 19 (63,33%), não 5 (16,67%), acho que sim - 2(6,67%) e sim - 4 (13,33%)

2. Apoio à recreação baseada na comunidade.

a) A sua municipalidade apóia programas de lazer e recreação baseados na comunidade que incluam pessoas com deficiência?

Respostas: não sei – 10 (33,33%), não – 10 (33,33%), acho que sim – 4(13,33%) e sim – 6 (20%).

b) As pessoas com deficiência são incluídas nos programas comuns de esportes e recreação?

Respostas: não sei – 7 (23,33%), não – 10 (33,33%), acho que sim – 1 (3,33%), sim – 8 (26,67%) e raramente – 4 (13,33%).

¹⁰ Citaram rampas e banheiros adaptados em alguns espaços públicos.



c) Existem programas especiais para pessoas com deficiência?

Respostas: não sei – 14 (46,67%), não – 6 (20%), acho que sim – 2 (6,67%) e sim – 8 (26,67%).

d) Existe um coordenador para desenvolver tais programas especiais?

Respostas: não sei – 21 (70%), não – 4 (13,33%), acho que sim – 2 (6,67%) e sim – 3 (10%).

e) Existe um corpo de voluntários para ajudar pessoas deficientes a participarem de atividades comuns de lazer e recreação na comunidade?

Respostas: não sei – 18 (60%), não – 6 (20%), acho que sim – 1 (3,33%) e sim – 5 (16,67%).

f) É dado treinamento de sensibilização para funcionários e voluntários que atuam em programas de lazer e recreação que incluam pessoas deficientes?

Respostas: não sei – 18 (60%), não – 6 (20%) e sim – 6 (20%).

g) A sua municipalidade incentiva o setor privado a tornar acessíveis as atividades que oferecem (clubes noturnos, centros de aptidão física, piscinas, cinemas, centros culturais, museus etc.)?

Respostas: não sei – 17 (56,67%), não – 7 (23,33%), acho que sim – 2 (6,67%) e sim – 4 (13,33%)¹¹.

3. Bibliotecas públicas

a) As bibliotecas públicas possuem livros falados, livros com letras grandes e dispositivos assistivos para que cegos e pessoas com baixa visão possam ter acesso à leitura?

Respostas: não sei – 15 (50%)¹², não – 13 (43,33%) e sim – 2 (6,67%)¹³.

b) As bibliotecas públicas possuem publicações referentes à questão das deficiências?

Respostas: não sei – 18 (60%), não – 4 (13,33%) e sim – 8 (26,67%).

¹¹ Um respondente citou um shopping center em seu município que tem adaptações para pessoas com deficiência.

¹² Um respondente disse desconhecer se há biblioteca em seu município.

¹³ Foi citado um vídeo-museu na cidade.



c) As bibliotecas públicas possuem fitas de vídeo com legendas para uso de pessoas surdas e pessoas com dificuldade para ouvir?

Respostas: não sei – 22 (73,33%), não – 6 (20%) e sim – 2 (6,67%).

d) As bibliotecas públicas possuem fitas de vídeo com as respectivas narrações para uso de pessoas cegas e pessoas com baixa visão?

Respostas: não sei – 18 (60%), não – 10 (33,33%) e sim – 2 (6,67%).

Educação

1- Processo de Tomada de decisão

a- A sua municipalidade tem conhecimento de que as políticas de acessibilidade e inclusão social são necessárias em todos os níveis educacionais?

Respostas: não sei – 8 (26,67%), não – 2 (6,67%) e sim - 20 (66,67%).

b- A sua municipalidade tem conhecimento do nível de acessibilidade e inclusão necessárias para estudantes com todos os tipos de deficiência?

Respostas: não sei – 9 (30%), não – 5 (16,67%) e sim – 16 (53,33%).

c- A sua municipalidade oferece incentivo e assessoria técnica às delegacias de ensino para que as escolas se tornem plenamente acessíveis e inclusivas?

Respostas: não sei – 13 (43,33%), não – 9 (30%) e sim – 8 (26,67%).

d- A sua municipalidade oferece incentivo e assessoria técnica às delegacias de ensino e às escolas para que os alunos e pais tenham oportunidades para oferecer subsídios para as decisões referentes à inclusão de alunos com deficiência nas escolas comuns?

Respostas: não sei – 15 (50%), não – 11 (36,67%) e sim – 4 (13,33%).

e- O seu governo municipal oferece apoio para outras opções educacionais existentes em sua comunidade para aumentar o nível de inclusão social das pessoas deficientes?



Respostas: não sei – 16 (53,33%), não – 7 (23,33%) e sim – 7 (23,33%).

Comunicação

1- Processo de Tomada de decisão

a- Os documentos e materiais informativos sobre sua municipalidade, administração, bem-estar social, transporte, recreação, esportes, habitação, educação, emprego etc. estão disponíveis em formatos alternativos (braile, letras grandes, fitas de áudio etc.) para pessoas que não conseguem ler textos com letras em tamanho convencional?

Respostas: não sei – 7 (23,33%) e não - 23 (76,67%).

b- As sinalizações dentro e fora dos edifícios públicos da sua comunidade são visualmente apropriadas para pessoa com todos os tipos de deficiência?

Respostas: não sei – 3 (10%), não – 24 (80%) e algumas – 3 (10%).

c- Há disponibilidade suficiente de intérpretes da língua de sinais em sua comunidade para atuarem nos eventos públicos?

Respostas: não sei – 3 (10%), não – 24 (80%) e sim – 3 (10%)¹⁴.

Discussão dos resultados;

A partir dos dados obtidos podemos concluir que apesar do movimento da inclusão social, e mais precisamente a educacional fazerem parte do vocabulário de muitos profissionais da educação, a realidade nos mostra que há muito o que fazer para a verdadeira inclusão. Se observarmos os resultados obtidos, na maioria dos itens pesquisados a resposta mais freqüente dada pelos professores respondentes é: não sei. Percebe-se ao longo do questionário

¹⁴ Foram citados que há cursos gratuitos oferecidos pela prefeitura.



respondido, o quase total desconhecimento dos serviços oferecidos à população e as condições de acessibilidade existentes.

Há uma resposta que particularmente muito nos preocupou ao ver que um professor disse desconhecer a existência de uma biblioteca em seu município. Pensando no papel do professor como aquele que pode ser o elo de ligação entre o aluno, seus familiares e a comunidade e seus recursos, fica evidente que este papel não pode ser cumprido quando que deveria ser mais bem informado, não conhece a realidade onde vive.

Como já foi assinalado ao longo do texto, a família com uma criança com deficiência tem maior dificuldade de acesso aos serviços e às informações devido à solicitação que tal criança exige em termos de tempo, dedicação e transporte aos lugares de acompanhamento e tratamento. O professor pode ser aquele que pode informar aos pais e familiares de seu aluno com deficiência onde procurar recursos, quais seus direitos enquanto cidadão e principalmente prestar assessoria quanto às adaptações que devem ser feitas no espaço escolar.

O direito à informação compreende o direito de informar, o de se informar e o de ser informado.¹⁵

O professor conhece a escola, sua dinâmica cotidiana, dificuldades e deveria saber de suas possibilidades. É papel do professor conhecer a comunidade, o entorno da escola, e construir pontes entre as necessidades da escola e os recursos disponíveis na comunidade.

As secretarias e diversos departamentos dos municípios deveriam agilizar e possibilitar que todos os funcionários, principalmente os da educação, tivessem conhecimento dos recursos existentes, para poderem repassar aos alunos e familiares. Os professores e demais profissionais da educação deveriam ter por hábito ler o diário oficial de seu município como forma mínima de se informar sobre a comunidade onde lecionam.

A disciplina de inclusão escolar deveria fazer parte do currículo obrigatório de todas as licenciaturas como uma forma de conscientizar os futuros docentes sobre a educação inclusiva e o compromisso do professor como um agente de inclusão social.

¹⁵ Constituição Federal do Brasil – art. 1º, parágrafo único.



BIBLIOGRAFIA:

ABNT. *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. RJ, 2004.

DISCHINGER, Marta, MACHADO, Rosângela. *Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis*. In: *Inclusão – Revista de Educação Especial*. Brasília, jul. 2006.

LEAL, Luciana N. *Acesso á escola é desafio para crianças com deficiência*. *Jornal O Estado de São Paulo*. 30/06/03

NERI, Marcelo. *Retratos da deficiência no Brasil*. RJ: FGV, 2003.

PROCURADORIA FEDERAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO. *O acesso de alunos com deficiência as escolas e classes comuns da rede regular*. Brasília, set. 2004.

SASSAKI, Romeu K. *Inclusão – construindo uma sociedade para todos*. RJ: WVA, 1997.
